



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 5, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 5 - EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.05.27>

Recebido em: **27/07/2020**

Aprovado em: **19/08/2020**

**TDAH E PSICOFÁRMACOS: UMA RELAÇÃO DE USO E ABUSOS TDAH Y
PSICOPARMACÉUTICOS: UNA RELACIÓN DE USO Y ABUSO ADHD AND
PSYCHOPHARMACES: A RELATIONSHIP OF USE AND ABUSE**

LETICIA FUMIKO KUDO

<https://orcid.org/0000-0002-9212-9199>

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) configura-se, atualmente, como um dos transtornos mais diagnosticados em indivíduos de idade escolar. Por considerarem os Transtornos apenas de ordem biológica, muitos comumente optam por fazer uso de medicamento para controlar os sintomas e assim, normalizar o corpo dos jovens sujeitos. Pensando na urgência desta reflexão, é que o estudo tem objetivo de chamar atenção e problematizar as práticas abusivas e controladoras do uso de medicamentos para o TDAH, pensar também nas formas de poder exercidas sobre essas crianças, no disciplinamento dos corpos infantis e nas transformações pela qual a educação vem passando. Como metodologia, será feita uma análise bibliográfica qualitativa com base em autores pós-estruturalistas para refletirmos acerca do tema. Esta discussão permitirá observar como os comportamentos “não normais” atualmente estão relacionados a esfera médica, patológica e na necessidade em se controlar e normalizar as crianças, para que atendam a um padrão social pré-estabelecido.

El Trastorno por Déficit de Atención con Hiperactividad (TDAH) es actualmente uno de los trastornos más diagnosticados en personas de edad escolar.

Debido a que consideran que los trastornos son solo biológicos, muchos eligen comúnmente usar medicamentos para controlar los síntomas y así normalizar el cuerpo de los sujetos jóvenes. Pensando en la urgencia de esta reflexión, es que el estudio tiene como objetivo llamar la atención y problematizar las prácticas abusivas y controladoras del uso de medicamentos para el TDAH, también pensando en las formas de poder ejercidas sobre estos niños, en la disciplina de los cuerpos de los niños y en las transformaciones por qué educación ha estado pasando. La metodología será una revisión cualitativa de la literatura basada en autores postestructuralistas para reflexionar sobre el tema. Esta discusión nos permitirá observar cómo los comportamientos "no normales" están actualmente relacionados con la esfera médica, patológica y la necesidad de controlar y normalizar a los niños, para que cumplan con un estándar social preestablecido.

Attention Deficit and Hyperactivity Disorder (ADHD) is currently one of the most diagnosed disorders in individuals of school age. Because they consider the disorders to be only biological, many people commonly choose to use medications to control the symptoms and thus normalize the body of young subjects. Thinking about the urgency of this reflection, we came, through this study, to call attention and problematize the abusive and controlling practices of the use of medicines for ADHD, also thinking about the forms of power exercised over these children, in the disciplining of children's bodies and in the transformations by which education has been going through. As a methodology, a qualitative bibliographic analysis will be made based on post-structuralist authors to reflect on the theme. This discussion will allow us to observe how “non-normal” behaviors are currently related to the medical, pathological sphere and the need to control and normalize children, to meet a pre-established social standard.

1. Introdução

As inquietações que provocaram interesse para o estudo do TDAH e o abuso de medicamentos estão intimamente ligados a uma experiência de vida que tive. Durante o período da faculdade, em que cursei Licenciatura em História na UFMS, eu ministrava aulas particulares para crianças do Ensino Fundamental e Médio, geralmente da rede particular. Após um tempo passei a acompanhar regularmente muitos desses alunos. Logo, as mães começaram a disputar prioridade para que seus filhos ficassem com os primeiros horários da tarde. Inicialmente, não compreendi o repentino alvoroço pela preferência de horário, mas logo foi possível.

As aulas eram sempre muito alegres e produtivas (embora sempre houvesse espaço para bagunças e conversas sobre o que eles gostavam), dividíamos, alunos e eu, a satisfação e saírem dali com a sensação de “missão cumprida”. Mas logo notei que alguns deles estavam cada vez mais apáticos, tristes, sem forças para estudar, a concentração era quase impossível, eu tentava ao máximo associar o assunto discutido ao que mais os instigava, entretanto nada parecia ser suficiente para trazê-los de volta a mim. Até que um dia, um deles começou a babar e caiu na minha frente, dormindo.

A partir daquele dia, não tive dúvida que estava diante de um problema muito grave, e extremamente corriqueiro na vida dos jovens de classe média alta, que estudavam nas escolas particulares mais requisitadas da cidade. Esses alunos, assim como muitos outros, diziam ter TDAH, e fizeram parte de um surto de diagnósticos que ocorreu na cidade de Três Lagoas/ MS a partir do ano de 2009.

Mas este, não é um artigo de estudo de caso, em especial do que acabei de mencionar. A pesquisa que pretendo fazer parte de narrativas de crianças em Aracaju/ SE, que tem diagnóstico de TDAH e que fazem uso de medicamentos. Entretanto, faz-se necessário esclarecer, aqui, as limitações e falta de profundidade do trabalho, aja vista o pouco tempo decorrido de pesquisa e também em função da pandemia a qual estamos passando, em que recomenda-se o isolamento social, impossibilitando, assim, realizar entrevistas, bem como o estabelecimento e construção de laços de confiança com o entrevistado, lembrando ainda da sutileza e maior cuidado que há que se ter na aproximação com a criança.

Desta forma, este artigo terá como objetivo refletir sobre o abuso de medicamentos em crianças diagnosticadas com TDAH. Um convite para pensarmos o porquê dos Transtornos serem pensados como fatores biológicos isoladamente, no porquê a indisciplina na sala de aula é passada ao âmbito médico, patológico? Do porquê esses jovens precisam se encaixarem no estereótipo daquilo que é dito “normal”? Viemos, então, chamar atenção para a urgência em se pensar na medicalização do ensino acompanhado do uso de psicofármacos como solução para “os problemas”, no quanto tais práticas estão arraigadas, naturalizadas e difundidas na sociedade contemporânea.

Embora muitos transtornos, de grau mais severo, devam ser acompanhados por médicos, psicólogos e os demais profissionais que dão suporte ao biológico, apontamos também a importância de questionar acerca das atitudes normativas que são impostas às crianças, para discipliná-la, normalizá-la, moldá-la como sujeito que “devem ser”.

Para tanto, a metodologia a ser seguida neste artigo trata-se de análise bibliográfica, com base em autores pós-estruturalista para possibilitar a reflexão acerca do tema. O artigo está dividido em 3 subtópicos. No primeiro, “O TDAH e o início do problema” discutirei alguns dados básicos sobre o que é esse transtorno, a abordagem biologicista e alguns questionamento que suprimem e vão ao encontro desta forma de pensar o TDAH. No segundo, “Disciplinamento do corpo infantil”, trarei alguns conceitos Foucaultianos tais como “disciplinamento” e “biopoder”, para compreender as formas como o poder que vem sendo exercido sobre os corpos das crianças. Será possível perceber o quão arraigadas e naturalizadas o biopoder e o disciplinamento estão presentes em nosso cotidiano. Por fim, no terceiro subtópico, “Infância a as novas crianças desafiadoras”, busco compor um

histórico da formação do conceito de infância até os dias de hoje, no qual vemos crianças totalmente desconstruídas frente a um ideal moderno, que obviamente não atende nem comporta as transformações pelas quais as gerações passaram, pensando na questão tema do artigo: excesso de medicalização para crianças diagnosticadas com TDAH, pela óptica de autores pós-estruturalistas.

Esta discussão permitirá observar como os comportamentos “não normais” atualmente estão relacionados a esfera médica, patológica e na necessidade em se controlar, docilizar e normalizar o que não está de acordo com padrão social pré-estabelecido.

1. O TDAH e o início do problema

De acordo com a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), o TDAH é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e pode acompanhar o indivíduo por toda a sua vida. Esse se caracteriza principalmente por sintomas de desatenção, inquietude, impulsividade e está muito frequente nas escolas, sendo, atualmente, um dos transtornos mais diagnosticados e comumente encaminhados para os serviços especializados, ocorrendo entre 3 a 5% das crianças (ABDA, 2020).

Há muitos anos o TDAH vem sendo discutido e estudado por diversas áreas do conhecimento. Durante muito tempo, os estudos realizados utilizavam-se, geralmente, de uma abordagem a partir da condição médica desencadeada por causas biológicas, sem dar muito espaço às discussões aprofundadas acerca de fatores sociais e culturais, ou do contexto no qual se inserem os indivíduos diagnosticados.

Entretanto, chamo atenção para questões acerca da real necessidade em recorrer-se a medicalização. Qual a diferença de uma criança normal ativa para uma criança que possui TDAH? A medicalização é realmente necessária? Há formas outras de resolver estes “problemas”? Por que agir de forma diversa ao padrão normativo é um problema? Não será a medicalização uma forma de eximir-se da responsabilidade social do “não-normal”.

Segundo Richter (2012), a imposição de diagnósticos, em especial dos psíquicos, possibilita alocar no corpo individual a causa e a resolução de determinados problemas. Permite que ocorra a transferência do problema de uma dimensão à outra, da dimensão social (da indisciplina ou do fracasso escolar), para, cada vez mais, uma dimensão biológica. Dessa forma, em se tratando de um desajuste no nível de neurotransmissores, não resta, aparentemente, alternativas, senão medicá-lo, pondo em ordem esse suposto desequilíbrio.

Seja na escola ou em casa, o diagnóstico do TDAH agrega uma série de comportamentos indesejados. As crianças que desse “mal” sofrem, passam a ser a personificação dos defeitos indesejáveis de uma criança/aluno ou ainda a materialização de nossos fracassos, enquanto pais e professores. Mas na medida em que desatenção, impulsividade e agitação tornam-se patologias, o indivíduo torna-se um problema médico e não mais um problema pedagógico ou social. Conforme Taverna (2001), a justificativa de que o erro encontra-se no corpo do indivíduo, em seu cérebro, parece ser uma alternativa baseada em princípios científicos, portanto sólidos, e que desbanca a ação da escola, dos pais e do próprio indivíduo sobre seu comportamento. Torna a resolução do problema muito mais simplista e imediata, entregando nas mãos de especialistas e medicando para curar do mal.

Numa perspectiva de tensionamento dessa abordagem biologistica, Richter (2012) aponta autores como Luciana Caliman (2006, 2009, 2010), Steven Rose (2006), Taverna (2011), Bujes (2006) e outros, que têm questionado o TDAH enquanto condição meramente neurobiológica, analisando sua “constituição sócio-médica” e as contingências morais, sociais, e científicas que lhe dão origem e sustentação.

Sobre a escola, diz ser daquela que dedica-se a preparar o indivíduo para o futuro, aquela que lhe dará as ferramentas para trabalhar no mundo que a espera, que ensina o sujeito a lidar com as diversidades, que lhe conduzirá a ter habilidades fundamentais para o exercer pós-moderno. Entretanto, a estrutura escolar (embora algumas com mais outras menos tecnologias), segue essencialmente, da mesma forma a qual gerações anteriores igualmente foram submetidas, onde, através da disciplina e vigilância, acaba por normalizar, adestrar, modelar, uniformizar e silenciar a conduta dos jovens. Para Michel Foucault (1994), trata-se do poder disciplinar, cujo objetivo é o corpo individual em seus detalhes. Para o autor, o poder não é algo que se possui, ou algo centralizado, mas algo que se exerce nas relações entre os indivíduos, daí falar em “relações de poder”. O poder se exerce de forma difusa e disciplinar, se exerce pelos métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas formas e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade.

Foucault afirma que uma das marcas principais da disciplina é a de que ela normaliza, logo, também homogeneiza. E especifica, ainda, que a disciplina, através de um adestramento progressivo e de um controle permanente, irá demarcar “os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros”. (FOUCAULT, 2009, p. 75). A partir daí, demarca-se o normal e o anormal.

1. Disciplinamento do corpo infantil

Por volta do século XVII, com o fim do feudalismo, crescimento populacional e a urbanização na Europa, formavam-se grandes concentrações populacionais em centros urbanos, assim cada vez mais emergia a necessidade de administração, regulação e organização desses contingentes populacionais. O próprio conceito de “população” emerge a partir desse contexto, e difere da noção de “povo” – como conjunto amorfo de pessoas que fazem parte de uma nação – no sentido de que a população é algo passível de ser esquadrihado, contabilizado, categorizado na medida em que se torna alvo de estratégias que tem por objetivo governá-la. (FOUCAULT, 2000).

Neste panorama, Foucault (1994) situa o poder disciplinar como um mecanismo que possui um triplo objetivo em resposta a essa explosão demográfica: tornar o exercício do poder menos custoso possível; fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados ao seu máximo de intensidade; e, fazer crescer a docilidade e a utilidade de todos elementos do poder. As disciplinas corporais foram as técnicas através das quais se buscou esses objetivos com a finalidade de ordenar as multiplicidades humanas, tornando-as favoráveis umas às outras ao serem repartidas, selecionadas e utilizadas conforme as aptidões e características de cada indivíduo, formando grupos especializados para desempenhar determinadas funções.

Com o ingresso progressivo de crianças nas instituições escolares, formando um expressivo contingente dentro desses espaços, aumentou-se necessidade de serem formuladas estratégias de contenção desses corpos. Aos poucos, instalou-se um conjunto de técnicas disciplinares, através das quais este poder disciplinar se exerceria.

Segundo Foucault (1994), fazia-se necessário, primeiramente, organizar as multidões no espaço, repartindo-as, seriando-as, esquadrihando-as de acordo com determinados critérios, e reagrupando-as conforme, por exemplo, a idade. Posteriormente, os indivíduos eram celularizados, isto é, postos cada um em sua carteira com uma determinada distância separando-as a fim de que fossem evitadas as aglomerações, as dispersões e os burburinhos.

O autor também cita o tempo como uma das marcas disciplinadoras, dizendo ser o horário, uma das técnicas que permite sujeição do corpo ao tempo, intensificando-se o uso do mínimo instante para sucessivas atividades, ou seja, para que os corpos possam ser o mais produtivos o possível. Outros instrumentos que garantiam sucesso das disciplinas eram a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.

A vigilância hierárquica parte do princípio de que, ao estar sendo vigiado, o indivíduo cumprirá as normas, agirá de acordo com o que foi estabelecido, e, assim, obedecerá. Foucault, cita o “panóptico”, arquitetura configurada de modo que o vigilante possa ver o maior número de pessoas possível, sem que seja visto, como uma das formas de aperfeiçoar o exercício de poder. Um olhar constante que permite uma intervenção permanente, agindo antes que as falhas, os erros e os crimes aconteçam. A força do panóptico está em, justamente, nunca intervir, pois todos vigiam-se entre si.

A sanção normalizadora funciona como uma espécie de castigo através do qual se busca corrigir os desvios e erros.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). (FOUCAULT, 1994, p159)

E, por fim, o exame; mecanismo em que há a combinação da vigilância hierárquica com a sanção normalizadora, permite qualificar, classificar e punir (FOUCAULT, 1994). O exame pode ser uma prova para medir conhecimento, um teste de suas capacidades ou ainda um parecer, um diagnóstico médico. Ele faz com que o indivíduo seja mensurado, que ingresse num campo documental, convertendo-se num caso.

Conforme Foucault (2009), a escola torna-se um aparelho de exame ininterrupto e de comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar. Assim, um dos aspectos mais importantes da função do exame é de que ele oferece a possibilidade de extrair saberes a partir dos alunos, de modo que a escola torna-se o local de elaboração da pedagogia. Dessa forma configura-se o mecanismo que liga um tipo de formação de saber a uma forma de exercício de poder.

Os sujeitos a qual ficaram submetidos a tal exercício de poder ficou conhecido como “sociedades disciplinares”. Com o advento do Estado Moderno, as sociedades disciplinares suplantaram as sociedades de soberania, cujo poder era exercido por um Rei, que tinha o poder de “fazer morrer ou deixar viver”. A partir do século XIX, houve transformação no aspecto de direito político, em que a preocupação do estado passa a ser com a população. Neste contexto, surge o que Foucault (2009) denomina como “biopoder”, isto é, um poder sobre os corpos dos indivíduos, que se exerce sobre a vida das populações, gerencia e potencializa sua força produtiva. Articulado ao poder disciplinar, o biopoder (poder que se faz perceber através das biopolíticas), trata dos processos da população como massa global, tais como taxas de natalidade, de morbidade, de reprodução, fecundidade, produção, saúde, tudo isso, baseado em cálculos estatísticos.

Uma das características da disciplina é que ela normaliza, e através da norma, do modelo de normal, ela homogeneiza, mas de que forma isso ocorre? Foucault (2009) explica que é através de um adestramento progressivo e de um controle permanente, se demarcará os que serão considerados incapazes e inaptos. A partir daí, demarca-se o normal e o anormal.

A distinção entre o normal e o anormal, constitui-se em o segundo não ser capaz de seguir o primeiro. Entretanto, cabe aqui refletir sobre o quão tênue é esta fronteira, onde, por exemplo, com a nota 6,0 o aluno é aprovado, considerado apto, enquanto 5,9 é inapto. Ou ainda, a diferença entre uma criança ativa e uma criança (hiper)ativa.

A normalização parece estar presente e ocupar cada espaço de nosso cotidiano, categorizando, classificando, esmiuçando nosso comportamento através de ferramentas como tabelas, escalas, exames e questionários que tem como método avaliar a partir de nível de intensidade, para que possa nos identificar como normais ou anormais. Pensando neste sentido, o que diferencia a criança “normal” ativa da que tem TDAH? E ainda, há necessidade em se fazer uso de medicamentos para

que ela passe para a caixinha da criança normal?

Foucault (2006) chama atenção para a questão da escola como instituição que procura normalizar e homogeneizar indivíduos. Entretanto, ressalta que ao mesmo tempo em que ela tenta regular as diferenças, ela acaba por promover a emergência dos ditos “anormais” e da própria definição do que é um comportamento anormal. Ou seja, enquanto uma instituição disciplinar que busca ajustar a multiplicidade dos indivíduos, a escola, na medida em que normaliza, também faz surgir anomalias, ilegalismos e irregularidades.

Segundo Ramos do Ó (apud Richter, 2012), a designação de criança anormal se referia aos incapazes, cuja causa do problema estaria neles mesmos, em sua biologia. Estes termos vigorariam até o início do século XX. A partir de então, entra em cena a “criança problema”, cuja investigação será pautada nas condições familiares, sociais e de nutrição, psicológica e em outros.

1. Infância e as novas crianças desafiadoras

Quando pensamos no conceito de criança e infância, normalmente nos vem à mente a imagem Rouseauniana, daquele sujeito inocente, sensível, desprotegido, feliz, criativo, que vê possibilidade do imaginar e brincar no mais simples objeto. Entretanto, essa imagem não condiz ao panorama atual.

Estamos diante de uma nova geração de crianças, nas quais nascem e crescem em meio às tecnologias digitais, encurtamento de distâncias, familiarizadas a um tempo em que a velocidade na transmissão de informações supera seus recordes a cada dia, crianças a quem não impressionam tanto a superação dos limites mais impensáveis (pelo menos para antigas gerações) da capacidade humana, ou ainda, as infâncias marcadas pela sobrevivência, como as de periferia, na qual muitas lidam com o tráfico. Dessa forma, esses jovens parecem não ter nenhuma experiência comparável à nossa, tampouco a nossa à deles.

Isso muitas vezes nos apavora, pois nos vemos diante de seres muito mais independente e que, mesmo tão jovens, possuem mais habilidade do que passamos a vida para adquirir. Muitas vezes, somos invadidos por uma sensação de que não somos tão úteis, necessários, quanto costumávamos ser na vida desses jovens. Dessa forma, cabe pensar que estamos diante de “outra infância” ou ainda, “outras infâncias”? Estarão as crianças crescendo em um mundo diferente ao que fomos criados e subjetivados? É provável que estejamos tentando encaixar as novas gerações às velhas normas?

O conceito de “natureza infantil” começou a ser pensado por filósofos humanistas e reformadores dos séculos XVI e XVII, como John Locke, René Descartes e Rousseau. Para Descartes, a “animalidade e selvageria”, voltadas ao instinto e à desordem demonstravam a falta de razão do indivíduo. Portanto, a educação das crianças deveria curvá-las à obediência, força-las à razão. Para Kant, a educação, a disciplina e cultura é o que nos diferencia dos animais. Pressupunha-se a existência de uma natureza como essência inata ao ser humano, como estado primário de selvageria cujos impulsos deveriam ser domesticados e esculpidos, com finalidade de tornar o indivíduo um sujeito emancipado, dotado e guiado por sua razão.

Com o advento da Idade Moderna, as crianças passam a ser tomadas não mais somente como responsabilidade familiar, mas como uma preocupação social, constituindo-se como alvos de poder de inúmeros discursos normativos. A fim de atender a esse contingente infantil, Bujes (2002), aponta que a escola moderna começa a ser moldada, com projeto civilizador, ensino universal, aberto a todos e voltado para institucionalização das crianças, esperando, com o distanciamento entre homem e natureza, formar um sujeito autônomo, autoconsciente, autodisciplinado. A escola seria o meio através do qual os futuros cidadãos seriam preparados para o mundo do trabalho.

Dessa forma, a escola a qual conhecemos foi sendo moldada, de forma a suprir seus objetivos,

equipando-se de formas, técnicas e tecnologias para moldar, controlar, docilizar, preparar o indivíduo para o produtivo futuro que a esperava. Entretanto, novas gerações parecem atemorizar a professores e pais. Elas impressionam por suas respostas rápidas, inesperadas, pelas suas habilidades com aparelhos eletrônicos e as mídias de comunicação. Elas nos desconcertam e constroem por se mostrarem desobedientes e exigentes.

Há indivíduos que nem o confinamento nem a vigilância conseguem controlar. Eles não obedecem aos ritmos da escola, seja porque não os acompanham, são dispersos ou tendem a ultrapassar a velocidade da escola, aborrecem-se facilmente, procuram outra atividade, não param, deslocam-se incessantemente, apressam-se nas respostas. Esses indivíduos vêm sendo classificados como portadores do Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade e a eles se recomenda o uso de fármacos que operam na direção de controlar seus corpos.

A imposição de rótulos científicos, conforme aponta Richter (2012) tem funcionado como uma eficiente estratégia de controle, pois deste modo é possível tratar e controlar o indivíduo de forma imediata e “assertiva” através de medicamentos, uma vez que através deste métodos, permite-se a transferência de responsabilidade de solução de problema, da esfera social para o biológico.

A medicalização do corpo infantil escolar tem constituído um fenômeno alarmante no que concerne ao número de crianças rotuladas de hiperativas e que vem sendo tratadas com psicoestimulantes à base de metilfelidato, substância do grupo das anfetaminas, produzido e comercializado pela Norvartis como o nome de Ritalina. Trata-se de um medicamento de “tarja preta”, vendido sob a prescrição médica. Ele é indicado, principalmente, para o tratamento dos sintomas do TDAH, narcolepsia e fadiga.

A utilização massiva desse medicamento vem se constituindo como uma nova forma de controle do corpo infantil no espaço escolar, ou mesmo familiar, que, conforme afirma Bujes (2006),

Não é mais uma intervenção sobre o corpo, exercida externamente com uma sutil coerção, mas uma forma de impor uma ação inibitória ou estimuladora da conduta através de um fármaco que age sobre o sistema nervoso central. Uma forma de ação sobre o corpo que configura uma prótese, uma ciborguização. (BUJES, 2006, p.226)

Percebe-se que o uso do medicamento passou a ser não somente tecnologia que “normaliza”, mas também que potencializa a capacidade humana, promovendo a ascensão a outro patamar de normalidade. Há estudos ainda, que apontam que os psicofármacos estão sendo utilizados entre jovens estudantes de cursinhos pré-vestibulares, estudantes para concursos e acadêmicos, com intuito de melhorar sua concentração. Fica evidente que a linha ética entre corrigir deficiências e melhorar a “normalidade”, consequentemente a ocorrência dos abusos, é extremamente tênue.

Percebe-se assim, o quão urgente se faz o refletir sobre as formas como temos concebido a normalidade e a patologia. Estamos nos condicionando às regras do trabalho, aos ritmos de produtividade, ou alimentando o crescimento insaciável da competitividade do atual regime de produção?

Ainda apropriando do pensamento de Foucault, cabe refletir além das relações de disciplinamento e biopoder. Estará essa criança com TDAH (a criança errada, que não corresponde aos padrões) além da fronteira do limite a qual é possível pensar? E por este motivo seja tão difícil conviver com o que está posto? Que “fascismo” qual habitará dentro de alguém que não concebe outra solução que não o de medicar para curar, para livrar-se do “mal” que assola aquele corpo? Não estarão os sujeitos destruindo as subjetividades outras de tais crianças e jovens que sofrem do Transtorno?

É possível construir e reconstruir uma estética e ética de si? A que preço? Será que ao estancar, diluir, o problema, a dor, o sofrimento, a angústia através de medicamentos, o sujeito imagina estar

exercendo um cuidar de si? Estarão essas crianças e jovens sofrendo o reflexo de uma cultura que os colocam no lugar de “menoridade”, onde se sentem no direito de decidir o que é melhor para o outro? Mas estarão fazendo isso de fato? Ou fazendo algo melhor para si, eximindo-se de sua pesada carga de responsabilidade e assim viverem de forma “plena” suas vidas superficiais e neoliberais?

Outro ponto de vista importante para que se possa pensar o excesso de medicalização para crianças que tem TDAH é a partir da óptica do autor chinês Byung-Chul Han. O autor diz que, diferentemente do que pensou Karl Marx, a evolução do capitalismo não foi o comunismo, mas sim o neoliberalismo onde cada um é chefe de si e explora a si mesmo, quebrando então a visão Marxista binária de explorador-explorado, pois diz que na auto exploração não existe classe, nem estrutura. Exemplo claro deste fato é que quando o fracasso ocorre, este é atribuído ao sujeito fracassado e não ao governo, consumidores ou a outros fatores.

Han também vai além de Foucault, pois entende que o “eu” que acredita ter se libertado das coações externas e das imposições dos outros, agora está submetido a coações internas, com obrigações de desempenho e produtividade. Assim o sujeito Neoliberal está sob domínio do que ele chama de “Poder Inteligente”, ação esta que não é excludente, proibitiva, coercitiva, negativa, não se manifesta com violência e tampouco tira a liberdade, mas sim, a estimula, é positiva, convidativa, se plasma à psique, é um poder afável e por isso mais poderoso que o repressor.

O poder inteligente lê e avalia nossos pensamentos conscientes e inconscientes. Baseia-se na auto-organização e na otimização pessoal voluntárias. Assim, não precisa superar nenhum grande esforço, de nenhuma violência, porque simplesmente acontece. Deseja dominar buscando agradar e gerando dependência. Assim, o seguinte aviso é inerente ao capitalismo do curtir: “Proteja-me do que quero”. (HAN, 2018, p.28)

E por esses motivos, conforme o autor, é que hoje se vive em uma sociedade tão doente mentalmente, que sofre de depressão, Burnout e outros males fruto da cobrança em estar sempre produtivo, feliz, positivo, ir em frente, não arrefecer perante o fracasso, sempre tentar outra vez, num eterno ciclo voluntário de exploração de si. Sabe-se o quanto isso é cansativo, desgastante e mesmo tendo ciência deste poder inteligente agindo sobre as vidas, ainda parece ter uma voz, igualmente consciente, que diz, “ok, estou sendo explorado, mas não posso parar!” Muitas vezes não se sabe lidar com isso, as pessoas não estão preparados para lidar com toda essa carga. Mas a geração que está sobreposta à nossa, está, ou ao menos, parece estar sendo preparada para isso.

Frequentemente vemos escolas oferecendo às crianças que ali estudam aula de línguas, culinária, educação financeira, google class, robótica, dentre outras disciplinas complementares, que deixam aos pais extremamente satisfeitos, pois passam a ideia de que a escola, juntamente com todos esses dispositivos, tornará a criança o mais preparada possível ao mundo produtivo que as esperam.

Enfatizo, que não estamos aqui dizendo que não são importantes, que crianças não devam desenvolver tais tipos de habilidades tão cedo, ou ainda que é errado, desnecessário, mas sim convidando-os a refletir e ver a situação posta, por outro ângulo. Embora Byung-Chul Han diz da “Psicopolítica” não se tratar de um Sistema, não será isso uma forma de treinar a criança, desde muito cedo, a ser produtiva, positiva, exploradora o quanto pode de si? Não será isso um novo tipo sistema de produtividade que está se enraizando em nossa sociedade, de forma tão sutil e natural a qual não conseguimos perceber? Não será a medicalização uma forma de encaixar a criança aos novos padrões neoliberais de poder – na “Psicopolítica”? Onde o sujeito dilui todas suas subjetividades através dos medicamentos em função da melhor produtividade de si, imaginando ainda, estar exercendo o “cuidar de si”? Será esta, uma “Psicopolítica Infantil”? Estará a sociedade passando por uma terrível fase de um “sofro, logo medico”? Onde para cada mal que se sofre, existe remédio?

Dor de cabeça, tristeza, ansiedade, fome, excesso de peso, criança hiperativa, desatenta, mal educada,

aquele que causa desordem, loucos, anormais. Para cada sintoma, há um remédio que traga de volta à normalidade, fazer uso cada vez mais de intensificadores cognitivos ou outras drogas que atuam no estado de espírito, que são capazes de regular esses estados, potencializar nossas capacidades produtivas. Han (2018) lembra Nietzsche ao perceber que esta nova forma de poder neoliberal está tirando até mesmo o direito da dor e da tristeza, algo tão necessário e construtivo para a experiência humana.

Sobre a exploração de si, Han (2018) ainda chama atenção para a atual onda de positividade a qual fomos tomados, onde esta parece ser não apenas uma recomendação para afastar-se da tristeza, mas um imperativo.

É tolerada apenas a dor que possa ser explorada em favor da otimização.” E que tão destrutiva quanto a violência da negatividade é a violência da positividade. A psicopolítica neoliberal, com a indústria da consciência, destrói a alma humana, que é tudo menos uma máquina positiva. O sujeito do regime neoliberal parece com o imperativo da otimização de si, ou seja, ele morre da obrigação de produzir cada vez mais desempenho. A cura se torna assassinato. (HAN, 2018, p.48)

Acerca desta discussão, é possível lembrar também, Walter Benjamin (1994) no que diz respeito a perda da “Aura”. Quando Byung-Chul Han aponta toda essa forma de exploração “Psicopolítica”, onde impõe-se a positividade, e ainda mais, afastar-se totalmente da negatividade, assim o que deveria curar (a positividade) é o que mata, visto que ela se dá de tal maneira impositiva, que veem-se obrigados a ser (ou pelo menos aparentar ser) felizes e fazer com que viva-se em falsa felicidade e realidade. Assim, “a demanda atual não é apenas por competência cognitiva, mas também emocional. Por causa desse desenvolvimento, a pessoa é inteiramente aplicada no processo de produção”. (HAN, 2018, p.66)

Neste sentido, pensando a criança por Benjamin (e fazendo alusão à arte), não estará ela perdendo a aura de si uma vez que, ao medicalizá-la, seu padrão de comportamento mudará, ela não será como antes, logo, perderá sua autenticidade em função de uma reprodutibilidade de si, que melhor se encaixe aos padrões normativos? Até que ponto essa reprodução (a que o sujeito deseja) permitirá que, quem a criança é, não seja destruída?

Mais uma vez, cabe ressaltar, não estou dizendo que a medicalização é desnecessária, muito pelo contrário, é um mal necessário. Mas o que cabe refletir é, justamente, qual o limite dessa prática? Visto que utilizar fármacos pelo simples objetivo de diluir incômodos, entrar em um padrão, melhorar o que já é normativamente normal, é perder-se, gradativamente, no que imaginamos de nós mesmos, nossa aura, tudo o que nos faz essencialmente humanos. O homem também necessita da dor para dela tirar experiências construtivas à vida, bem como afirmou Nietzsche. Pois esta (a vida) não é somente pautada em estéticas de existência, mas também é dor, angústias, desassossegos, dentre outros que legitimam a vida.

1. CONCLUSÃO

Neste artigo, durante as discussões, busquei, por diversos momentos, retomar a pertinência da questão, se estamos de fato tratando o sofrimento de crianças causado por um transtorno, ou se estamos utilizando psicofármacos para controlar, disciplinar, normalizar ou ainda otimizar corpos e formas outras de ser.

Percebe-se que no estilo de vida, que se impõe à sociedade, não há tempo a perder. É preciso atender às demandas do ritmo acelerado de nosso tempo, cuja velocidade não pode ser freada. O sujeito abatido, precisa recompor-se, precisa estar sempre alerta e produzir. Nem que para isso mova-se forças do organismo, abrevie-se o sofrimento, prolongue-se o bem estar e a vitalidade. Adere-se, com

cada vez mais facilidade, às terapias farmacológicas.

Percebe-se que, ao longo dos anos, houve uma popularização e banalização do emprego do “hiperativo”, em que a criança perdeu o direito do ser e agir, do criar, do ser “fora da caixa”, de impressionar com seu processo criativo, enfim, do fazer o que a faz, essencialmente, ser criança. Fazendo alusão às palavras de Benjamin (1998), sobre um personagem, percebe-se que não é mais permitido à criança, que seja “inventiva em suas complicações”, talvez porque esteja-se passando por um momento social marcado por um “sofro, logo medico”. Talvez porque vive-se em uma política de ódio, dores, ressentimento e dopamento. Talvez por habitar, em cada um, fascismo que se faz querer exercer sobre o outro forma alguma de poder, ou ainda para se adequar a uma nova forma poder, psíquico, que obriga a ser sempre felizes e produtivos o tempo todo.

Há muitas hipóteses, questionamentos e formas umas e outras de entender o que está posto. Neste artigo, procurei apenas expor algumas dessas formas e fazer um exercício de pensar as problemáticas cotidianas, como o excesso da medicalização para crianças que tem TDAH, mas que, muitas vezes, nega-se a ver. As pessoas não estão habituadas a um pensar fronteiro, no enxergar e compreender as diferenças, pensar no limite do pensável, encarar as dores, problemas, falhas, diversidades, e erros. Acaba-se assim, por suprimir, dopar e matar a subjetividade dos sujeitos e a própria, porque, como afirma Foucault (2006), não se consegue encarar o lugar ínfimo no mundo.

REFERÊNCIAS

ABDA (Associação Brasileira de Déficit de Atenção). **O que é TDAH**. Disponível em: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: editora Brasiliense, 1994.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Outras Infâncias? In: SOMMER, Luis Henrique (Orgs.). **Educação e Cultura Contemporânea**: articulações e transgressões em novas paisagens. Canoas: ULBRA, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade** – Curso no Collège de France (1975-1976). (Aula de 17 de março de 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 273-295. 2006

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População** – Curso no Collège de France (1977-1978). (Aula de 25 de janeiro de 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução Maurício Liesen. Editora Âyiné. Belo Horizonte. 2018.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução: João Tiago Proença. Edições 70, LDS. Lisboa. Portugal.

REALI, Giovanni; ANTISERI Dario. Francis Bacon: filósofo da época industrial. In: **História da Filosofia: Do Humanismo a Kant**. São Paulo: Paulus, 1990. Vol. 2. (Coleção filosofia). P. 351 – 390.

RICHTER, Bárbara Rocha. **Hiperatividade ou Indisciplina? O TDAH e a patologização do comportamento desviante na escola**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências – química da vida e saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2012.

TAVERNA, Carmen Silvia Rotondano. **Medicalização de Crianças e Adolescentes**. Revista Semestral da Assoc. Bras. De Psicologia Escolar e Educacional. São Paulo, v.15, n. 1, p. 169 – 171, jan 2001.

NOTAS

* Professora, mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes (UNIT / SE). Bolsista CAPES/Prosup. Orientada pela Prof. Dra. Ilka Miglio de Mesquita. leticiakudo.tl@gmail.com.